

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.301.595 - PB (2018/0128692-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : ALLAMS DE LIMA ARAGÃO  
**ADVOGADOS** : MARTINHO CUNHA MELO FILHO - PB011086  
SIMONE DE ALMEIDA SILVA - PB015310  
**AGRAVADO** : VERÔNICA LÚCIA BRANDÃO DE ARAGÃO  
**ADVOGADOS** : DELOSMAR DOMINGOS DE MENDONÇA JUNIOR -  
PB004539  
EDUARDO MONTEIRO DANTAS E OUTRO(S) - PB009759  
RODRIGO AZEVEDO TOSCANO DE BRITO - PB009312

### **EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. APLICAÇÃO DO ART. 932, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

### **DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por ALLAMS DE LIMA ARAGÃO contra a decisão do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba que inadmitiu o recurso especial fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

O presente recurso não pode ser conhecido em virtude da ausência de impugnação específica dos fundamentos da decisão agravada.

Isso porque, em atenção ao princípio da dialeticidade, esta Corte Superior, tem manifestado reiteradamente que alegações genéricas não são suficientes para impugnar os fundamentos da decisão que inadmite recurso especial, sendo necessário argumentação específica, adequada às particularidades do caso concreto.

Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem negou seguimento ao

# Superior Tribunal de Justiça

recurso especial por considerar incabível, nesta sede, a alegação de ofensa à súmula vinculante e que reexaminar as conclusões do acórdão recorrido relativas ao que seria, ou não, patrimônio comunicável, atrairia a incidência do óbice da Súmula 7/STJ.

Nas razões do agravo em recurso especial, às fls. 381-402 e-STJ, a parte agravante não demonstrou a inadequação dos fundamentos utilizados pelo Tribunal de origem para inadmitir o recurso especial, tendo deixado de impugnar **especificamente** o fundamento relativo à incidência da Súmula 7/STJ.

Limitou-se, dessa forma, a impugnar, de forma genérica, a incidência do citado óbice ao afirmar que *"a violação aos dispositivos legais por uma simples razão, não se aplica o disposto na Súmula 7/STJ, porquanto os argumentos que delimitam o decisum ora vergastado são suficientes para a apreciação do punctum dolens da demanda por esta Corte Superior."* (e-STJ fl. 388).

Com efeito, é pacífico o entendimento desta Corte de que a parte agravante deve impugnar *especificamente* **todos** os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo.

Destarte, a falta de ataque específico à decisão agravada acarreta o não conhecimento do recurso, a teor do que dispõe o artigo 932, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015.

Sobre o tema:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO PROFERIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. ART. 932, III, DO CPC DE 2.015. INSUFICIÊNCIA DE ALEGAÇÃO GENÉRICA. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, CPC.*

*1. À luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, compete à parte agravante, sob pena de não conhecimento do agravo em recurso especial, infirmar especificamente os*

*fundamentos adotados pelo Tribunal de origem para negar seguimento ao reclamo.*

**2. O agravo que objetiva conferir trânsito ao recurso especial obstado na origem reclama, como requisito objetivo de admissibilidade, a impugnação específica aos fundamentos utilizados para a negativa de seguimento do apelo extremo, consoante expressa previsão contida no art. 932, III, do CPC de 2.015 e art. 253, I, do RISTJ, ônus da qual não se desincumbiu a parte insurgente, sendo insuficiente alegações genéricas de não aplicabilidade do óbice invocado.**

3. Esta Corte, ao interpretar o previsto no art. 932, parágrafo único, do CPC/2015 (o qual traz disposição similar ao § 3º do art. 1.029 do do mesmo Código de Ritos), firmou o entendimento de que este dispositivo só se aplica para os casos de regularização de vício estritamente formal, não se prestando para complementar a fundamentação de recurso já interposto.

4. [...].

5. Agravo interno não provido, com aplicação de multa. Pedido de atribuição de efeito suspensivo prejudicado.

**(AgInt no AREsp 1495360/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/08/2019, DJe 29/08/2019)**

**PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO PROFERIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE NÃO ADMITIU O RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DO ART. 544, § 4º, I, DO CPC. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE, QUE IMPÕE O ATAQUE ESPECÍFICO AOS FUNDAMENTOS. INSUFICIÊNCIA DE ALEGAÇÃO GENÉRICA. PRECEDENTES. MANUTENÇÃO DA DECISÃO ORA AGRAVADA. (...)**

**2. À luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, compete à parte agravante, sob pena de não conhecimento do agravo, infirmar especificamente os fundamentos adotados pelo Tribunal de origem para negar seguimento ao reclamo, sendo insuficiente alegações genéricas de não aplicabilidade do óbice invocado. Precedentes.** 3. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental ao qual se nega provimento.

**(EDcl no AREsp 347.137/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/12/2013, DJe**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**03/02/2014, grifei).**

Nesse contexto, à luz do princípio da dialeticidade, é forçoso concluir pelo não conhecimento do presente recurso.

**Ante o exposto, com base no art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, não conheço do agravo em recurso especial.**

Considerando a prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte recorrente, no importe de 500,00 R\$ (quinhentos reais), nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observando-se suspensão da exigibilidade da verba, decorrente de eventual concessão da gratuidade de justiça.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
Relator